



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO IX — N.º 166

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 1954

CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista incumbida de apreciar o veto oposto ao Projeto de Lei n.º 2.999, de 1940, na Câmara dos Deputados e n.º 54, de 1954, no Senado Federal, que transfere para a inatividade os Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal que atingiram ou venham a atingir o último posto do quadro

1.ª REUNIÃO (DE INSTALAÇÃO), EM 27 DE SETEMBRO DE 1954

As 15,00 horas, reúne-se, na Sala de Leitura do Senado Federal, a Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre o veto ao Projeto de Lei n.º 2.999, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 54, de 1954, no

Convocação de sessão conjunta para apreciação de "veto" presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal e art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 12 de Outubro do corrente ano, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei n.º 2.999, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 54, de 1954, no Senado Federal, que transfere para a inatividade os oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal que atingiram ou venham a atingir o último posto do quadro.

Senado Federal, em 17 de Setembro de 1954

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente no exercício da Presidência

Senado Federal, que transfere para a inatividade os Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal que atingiram ou venham a atingir o último posto do quadro, estando presentes os Srs. Senadores Hamilton Nogueira e Nestor Massena e os Srs. Deputados André Fernandes e Augusto Meira, deixando de comparecer, com causa justificada, o Sr. Senador Mo-

zart Lago e o Sr. Deputado Vitorino Corrêa.

O Sr. Senador Hamilton Nogueira, que assume a presidência na forma regimental, declara instalados os trabalhos da Comissão, determinando, em seguida, a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente.

Depois de agradecer sua escolha para aquele cargo, o Sr. Senador Hamilton Nogueira designa o Sr. Deputado André Fernandes para relatar o veto, convocando nova reunião da Comissão para o próximo dia 30, às 15,00 horas, a fim de ser apreciado o relatório.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, da qual, eu, Francisco Soares Arruda, designado para Secretariar a Comissão, lavro o presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Diretora

Presidente — Marcondes Filho.

1.º Secretário — Alfredo Neves.

2.º Secretário — Vernaliano Martins.

3.º Secretário — Francisco Gallotti.

4.º Secretário — Ezequias Rocha.

1.º Suplente — Prisco dos Santos.

2.º Suplente — Co.º Pereira.

Secretário — Luís Nabuco, Diretor Geral da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Pereira Pinto — Presidente.

Landulpho Alves — Vice-Presidente.

Sr. Fino (**)

Júlio Leite.

Costa Pereira.

Plínio Pompeu.

Eduardo Vieira. (***)

(*) Substituído pelo Senador Gomes de Oliveira.

(**) Substituído pelo Senador Nestor Massena.

(***) Substituído pelo Senador Mozart Lago.

Educação e Cultura

1 — Flávio Guimarães — Presidente.

2 — Cícero de Vasconcelos — Vice-Presidente.

3 — Ant.º Leão.

4 — Hamilton Nogueira.

5 — Leivindo Coelho.

6 — Bernardes Filho.

7 — Euclides Vieira.

Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Auxiliar — Maria Lúcia de Holanda Cavalcanti.

Reuniões — As quintas-feiras, às 15 horas.

Finanças

1 — Ivo d'Aquino — Presidente.

2 — Ismar de Góis — Vice-Presidente.

3 — Alberto Pascualini. (**)

4 — Alvaro Dolpho. (***)

5 — Apolônio Sales.

6 — Carlos Lindenberg. (****)

7 — César Veiga.

8 — Domingos Velasco. (****)

9 — Durval Cruz.

10 — Ezequias Rocha. (****)

11 — Ferreira de Souza. (****)

12 — Mathias Olympio. (*****)

13 — Pinto Aleixo. (*****)

14 — Plínio Pompeu. (*****)

15 — Veloso Borges.

16 — Vitorino Freire.

17 — Walter Franco. (*****)

(*) Substituído pelo Sen. Esperidião de Farias.

(**) Substituído pelo Senador Gomes de Oliveira.

(***) Substituído pelo Sen. Mariano Fernandes.

(****) Substituído pelo Sen. Cícero de Vasconcelos.

(*****) Substituído pelo Senador Josta Parana.

(*****) Substituído pelo Senador Silvío Curvo.

(*****) Substituído pelo Senador Guilherme Malaquias.

(*****) Substituído pelo Senador Nestor Massena.

(*****) Substituído pelo Senador Joaquim Pires.

(*****) Substituído pelo Senador Nestor Massena.

(*****) Substituído pelo Senador Nestor Massena.

(*****) Substituído pelo Senador Nestor Massena.

(*****) Substituído pelo Senador Nestor Massena.

(*****) Substituído pelo Senador Nestor Massena.

(*****) Substituído pelo Senador Nestor Massena.

(*****) Substituído pelo Senador Nestor Massena.

(*****) Substituído pelo Senador Nestor Massena.

(*****) Substituído pelo Senador Nestor Massena.

(*****) Substituído pelo Senador Nestor Massena.

(*****) Substituído pelo Senador Nestor Massena.

(*****) Substituído pelo Senador Nestor Massena.

(*****) Substituído pelo Senador Nestor Massena.

Constituição e Justiça

Dario Cardoso — Presidente.

Aloysio de Carvalho — Vice-Presidente.

Anísio Jobim.

Atílio Vivacqua. (*)

Ferreira de Souza. (**)

Gomes de Oliveira.

Flávio Guimarães. (***)

Joaquim Pires.

Luiz Pinco. (****)

Nestor Massena.

Olavo Oliveira. (*****)

(*) Substituído pelo Sr. Bernardino Filho.

(**) Substituído pelo Sr. Otho Mäder.

(***) Substituído pelo Sr. Cícero de Vasconcelos.

(****) Substituído pelo Sr. Ivo d'Aquino.

(*****) Substituído pelo Sr. Mozart Lago.

(*****) Substituído pelo Sr. Mozart Lago.

(*****) Substituído pelo Sr. Mozart Lago.

(*****) Substituído pelo Sr. Mozart Lago.

(*****) Substituído pelo Sr. Mozart Lago.

(*****) Substituído pelo Sr. Mozart Lago.

(*****) Substituído pelo Sr. Mozart Lago.

(*****) Substituído pelo Sr. Mozart Lago.

(*****) Substituído pelo Sr. Mozart Lago.

(*****) Substituído pelo Sr. Mozart Lago.

(*****) Substituído pelo Sr. Mozart Lago.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional.

AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00

Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 99,00

Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 104,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito à vista do comprovante do recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-á mais Cr\$ 0,50.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Estados Unidos — Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Segurança Nacional

1 — Pina — Presidente.

2 — João — Vice-Presidente.

3 — Magalhães Barata.

4 — Ismar — Góis.

5 — Sérgio — Coutinho.

6 — Walter — Franco.

7 — Roberto — Glaser.

Secretário — Ary — Figueira Veiga de Castro.

Reuniões às segundas-feiras.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949

Alencastro — Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

Alencastro — Vice-Presidente.

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

1 — Suar — Presidente.

2 — Pina — Vice-Presidente.

3 — K. — Cavalcanti — Relator Geral.

4 — Vivaldo — Almeida.

5 — Nor — F.

Secretário — J. A. Ravasco de André.

De Revisão do Código

Comercial

1 — Alexandre — Seixas Filho — Presidente.

2 — Ivo d'Aquino.

3 — Ferreira de Souza — Relator Geral.

4 — Atílio — Viana.

5 — Victorino — Freire.

Secretário — João Alfredo Ravasco de André.

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

1 — Dantas — Presidente.

2 — Alencastro — Vice-Presidente.

3 — Anísio — Jobim.

4 — Atílio — Viana.

5 — Camilo — Mercio.

6 — Ferreira — de Souza.

7 — Flávio — Guimarães.

8 — Gomes — de Oliveira.

9 — Joaquim — Pires.

10 — Ovídio — Oliveira.

11 — Waldemar — Pedrosa.

12 — Mozart — Lago.

13 — Hamilton — Nogueira.

14 — Guilherme — Maranhães.

15 — Nestor — Massena.

16 — Francisco — Porto.

Secretário — Glória — Fernandes.

Auxiliar — Nathercia — Sá Leitão.

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

1 — Luiz — Tinoco — Presidente.

2 — Gomes — de Oliveira — Vice-Presidente e Relator Geral.

3 — Kerguelan — Cavalcanti.

4 — Othon — Läder.

5 — Ruy — L. — Filho.

Secretário — Itália — Cruz Alves.

REUNIÃO EM 28 DE SETEMBRO DE 1954

PRESIDENCIA DO SR. ALFREDO LEVES

As 14,30 horas comparecem os Srs. Senadores:

Waldemar Pedrosa — Anísio Jobim — Onofre Gomes — Tomaz Rodrigues — Apolônio Sales — Alfredo Neves — Guilherme Maranhães — Hamilton Nogueira — Nestor Massena — Domingos Veasco — Ivo d'Aquino — Francisco Gallotti (12).

Arthur — Marília Pinto Amado.

Reuniões — Quartas-feiras às 9,30 horas.

Legislação Social

1 — Gomes — de Oliveira — Presidente.

2 — Luis — Tinoco — Vice-Presidente.

3 — Hamilton — Nogueira.

4 — Rui — Carneiro.

5 — Othon — Läder.

6 — Kerguelan — Cavalcanti.

7 — Cicero — de Vasconcelos.

Secretário — Pedro — de Carvalho.

Auxiliar — Carmen — Lúcia de Holanda Cavalcanti.

Reuniões às segundas-feiras às 16,30 horas.

Relações Exteriores

1 — George — Avering — Presidente.

2 — Hamilton — Nogueira — Vice-Presidente.

3 — Novaes — Fumo.

4 — Bernardes — Filho.

5 — Djair — Brindeiro. (**)

6 — Mathias — Olympio. (***)

7 — Assis — Chateaubriand. (****)

8 — João — Villasboas. (****)

9 — Apresentado interinamente, pelo Senador Apolônio Sales.

10 — Suostituido interinamente pelo Senador Guilherme Maranhães.

11 — Suostituido interinamente pelo Senador Cícero de Vasconcelos.

12 — Suostituido interinamente pelo Senador Sílvio Curvo.

Secretário — Itália — Cruz Alves.

Reuniões — Segundas-feiras, às 16 horas e 30 minutos.

Redação

1 — Joaquim — Pires — Presidente.

2 — Waldemar — Pedrosa — Vice-Presidente.

3 — Carlos — Pereira.

4 — Carvalho — Guimarães.

5 — Costa — Pereira.

Secretário — Cecília — de Rezende Martins.

Auxiliar — Nathercia — Sá Leitão.

Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Saúde Pública

Leví — Coelho — Presidente.

Alfredo — Sr. — Vice-Presidente.

Prisco — do Santos.

Vivaldo — Lima.

Durva — Cruz.

Secretário — Aurea — de Barros Rêgo.

Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

1 — Frisco — Santos — Presidente.

2 — Luiz — Tinoco — Vice-Presidente.

3 — Nestor — Massena.

4 — Vivaldo — Lima.

5 — Djair — Brindeiro.

6 — Mozart — Lago.

7 — Júlio — Leite.

Secretário — Julieta — Ribeiro dos Santos.

Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Reuniões às segundas-feiras, às 16 horas.

Reuniões às segundas-feiras, às 16 horas.

Reuniões às segundas-feiras, às 16 horas.

Reuniões às segundas-feiras, às 16 horas.

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS. SENADORES:

Vivaldo Lima — Prisco dos Santos — Alvaro Adolpho — Magalhães Barata — Antonio Bayma — Moreira de Souza — Victorino Freire — Arão Leão — Mathias Olimpio — Joaquim Pires — Olavo Oliveira — Kerginaldo Cavalcanti — Georgino Arelino — Ferreira de Souza — Ruy Carneiro — Velloso Borges — Assis Chateaubriand — Novais Filho — Djair Brindeiro — Ezechias da Rocha — Cicero de Vasconcelos — Esperidião de Farias — Julio Leite — Dyrval Cruz — Walter Franco — Landulpho Alves — Aloisio de Carvalho — Pinto Aleixo — Carlos Lindemberg — Luiz Tinoco — Atílio Vinacqua — Sa Tinoco — Altivo Linhares — Mozart Lago — Bernardes Filho — Leônido Coelho — Cesar Verqueiro — Marcondes Filho — Euclides Vieira — Dario Cardoso — Costa Pereira — Silvio Curvo — Rocha Dias — Vespasiano Martins — Othton Mäder — Flávio Guimarães — Roberto Glasser — Gomes de Oliveira — Alberto Pasquolini — Alfredo Simch — Camilo Mercio (51).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de apenas 12 Srs. Senadores, número insuficiente para a abertura da sessão.

O expediente que se encontra sobre a mesa terá o devido destino.

Desenho para a sessão de amanhã a seguinte

ORDEN DO DIA

Trabalho das Comissões:

Encerra-se a reunião às 14 horas e 35 minutos.

EXPEDIENTE DESPACHADO

Ofícios:

Do Sr. Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, do teor seguinte:

Em 23 de setembro de 1954.

Senhor 1.º Secretário:

Tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência em anexo, as informações prestadas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, relativas a requerimento formulado pelo Sr. Senador Mozart Lago.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, os protestos de minha elevada estima e distinta consideração. — José Monteiro de Castro — Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

A Sua Excelência o Sr. Dr. Alfredo Neves, 1.º Secretário do Senado Federal.

Em 21 de setembro de 1954

Senhor Secretário:

Tenho a honra de restituir a Vossa Excelência o ofício de 10 de agosto corrente, que neste Departamento tomou o n.º 9.274-54, e de prestar esclarecimentos, em atenção ao que solicitou o senhor Presidente do Senado Federal, a respeito da aplicação do artigo 251 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.

2. A consulta, oriunda de um requerimento do Senador Mozart Lago, é do teor seguinte:

“O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, dispõe em seu art. 251 que “o funcionário candidato a cargo eletivo na localidade em que desempenha sua função, desde que exerça encargo de chefia, de direção, fiscalização ou arrecadação, será afastado, sem vencimentos, a partir da data em que for feita sua

inscrição perante a Justiça Eleitoral, até o dia seguinte ao pleito”.

Pergunta-se:

a) E, se o funcionário estiver, no momento de seu registro como candidato, no gozo de férias, de licença prêmio ou de licença remunerada para tratamento de saúde?

b) As disposições legais do art. 251 citado, abrangem, igualmente, os funcionários ou servidores candidatos, pertencentes aos quadros das autarquias federais e aos serviços dos poderes Judiciário e Legislativo, dos quais o Estatuto dos Funcionários só se aplica no que couber?”

c) Aplica-se a mesma sanção legal aos membros do magistério, do Ministério Público e da carreira diplomática, regidos por leis especiais?

3. Isto posto, entende este Departamento que o art. 251 do Estatuto dos Funcionários não tem aplicação, quando o servidor estiver em gozo de licença especial, férias, ou licença para tratamento de saúde, uma vez que em tais situações o funcionário e extranumerário está legalmente afastado do exercício efetivo de seu cargo ou função respectivamente.

4. É evidente que a lei visou a afastar de postos de certa relevância, em que há possibilidade de ser exercida direta ou indiretamente, coação sobre o eleitorado, aqueles servidores que, com determinados encargos, forem candidatos a postos eletivos.

5. Se o servidor já se encontra afastado por um dos motivos acima discriminados, não há como suspender-lhe o pagamento de seus vencimentos ou salários, uma vez que as férias e as licenças mencionadas constituem direito que não pode ser atingido.

6. Destarte, verifica-se que, a lei, ao determinar o afastamento do servidor inscrito como candidato a cargo eletivo, com a consequente perda de vencimentos ou salários, quis impedir que o mesmo pudesse influir no ânimo dos eleitores, ou ficasse afastado do serviço percebendo pelos cofres públicos, ao mesmo tempo que cunhada de seus interesses como candidato.

7. Outro, porém, é, como se viu, o caso dos servidores afastados, em gozo de licença especial, férias ou licença para tratamento de saúde, que terão de ser remunerados, na forma da lei.

8. Relativamente às alíneas b e c do pedido de informações, parece a este Departamento que a norma, de caráter geral, inscrita no citado artigo 251 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, tem aplicação às hipóteses figuradas, por força do disposto nos artigos 1.º, 252, item II, e 253, do mesmo diploma legal.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.ª os protestos de minha alta estima e mais distinta consideração. — Diretor-Geral.

Ao Requerente:

— da Câmara Municipal de Marília, São Paulo, transmitindo apelo no sentido da rápida aprovação do projeto de lei que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas;

— do Dr. Jair Tovar, comunicando haver assumido o exercício do cargo de Diretor Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público;

Telegramas:

— da Câmara Municipal de Porto Alegre, manifestando-se contra a extinção das Comissões inter-sindicais;

— do Presidente do Congresso Nacional dos Bancários, reunido na capital do Estado de São Paulo, manifestando o desagrado da classe pela revogação do Decreto n.º 35.448, de 19 de maio do corrente ano;

— da Câmara Municipal de Camaquã, R. G. do Sul, formulando apelo no sentido da liquidação das dívidas do Governo para com as instituições de previdência social.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR DOMINGOS VELASCO NA SESSÃO DE 17 DE SETEMBRO DE 1954.

QUE SE REPRODUZ POR TER SIDO PUBLICADO COM INCORREÇÕES

O SR. DOMINGOS VELASCO:

“Lê o seguinte discurso” — Sr. Presidente: Ao reassumir o exercício do meu mandato de senador, de que me achava afastado desde 1.º de junho passado, quero agradecer a meu substituto Senador Costa Paranhos em nome do P S B, a maneira eficiente e correta com que S. Ex.ª interpretou o pensamento da Direção Nacional, em várias oportunidades nesta tribuna.

Desejo também Sr. Presidente, fazer uma análise das causas mediatas e imediatas da crise política nacional que teve o seu desfecho no golpe militar de 24 de agosto, a fim de alertar a Nação para os graves perigos que ainda nos ameaçam.

Não sou nem nunca pretendi ser profeta; mas, infelizmente, algumas previsões resultantes de exame mais aprofundado do que aconteceu no Brasil e no mundo, à luz dos ensinamentos hauridos em longos anos de estudo e na minha própria experiência, foram confirmados em toda a linha. E que já passou a época do romantismo político. Os homens públicos de um país não podem isolar-se no trato exclusivo dos problemas nacionais quando, na realidade, eles se entrosam com os interesses internacionais e deles sofrem influências por vezes decisivas. E, quando o nosso pensamento começa a abranger os fatos mundiais, então vamos compreendendo melhor os incidentes internos, interpretando-os mais corretamente e situando-os em seu lugar exato no panorama internacional.

No dia 21 de agosto de 1953, quase um ano antes da deposição do Senhor Getúlio Vargas, pronunciei aqui um discurso, em nome do Partido Socialista Brasileiro. Foi uma declaração, previamente aprovada pela Comissão Executiva Nacional e posteriormente transformada em linha política do Partido por decisão do seu Diretório Nacional. Tratava-se da posição do Partido, em face da conjuntura política e social provocada pelo caso da “Última Hora”.

Daquele discurso extraio os seguintes períodos para que o Senado e a Nação vejam a exatidão da nossa análise. Disse, então:

“Chamo a atenção do Senado para esses fatos que são do conhecimento público, porque eles não acontecem, por acaso, mas obedecem a um plano predeterminado. O caso do financiamento de “Última Hora” está sendo usado como uma das armas para a desmoralização pessoal do Sr. Presidente da República, a fim de constrangê-lo, moralmente, a renunciar ao seu mandato ou para se criar o clima para o “impeachment”. Toda a campanha, fustigantemente cara, tem visado a identificar o Sr. Getúlio Vargas, como o responsável por aquele financiamento e, mais ainda, como a pessoa que teria exigido dos Srs. Euvaldo Lodi, Conde Matarazzo e Moreira Sales que emprestassem vultosas quantias ao Sr. Samuel Wainer.

Mentira o Sr. Jafet, quando afirmou que nenhuma instrução recebeu do Sr. Presidente Vargas. Mentiram os Srs. Lodi, Matarazzo e Moreira Sales quando negam a intervenção do Sr. Getúlio Vargas. Não se pretende que a Comissão de Inquérito Parlamentar apure a verdade, porque o que se quer apurar, é alguma coisa que sirva de base ao processo por crime de responsabilidade do Senhor Getúlio Vargas. É preciso apontar-lo à Nação como autor dos escândalos, a fim de preparar psicologicamente o povo para o “impeachment” ou, crugindo, pelo clamor público, a renúncia ao seu mandato. Então se faz violenta campanha pela

imprensa, pelo rádio e pela televisão em todo o território nacional, a fim de mobilizar a opinião pública, num trabalho de desmoralização do Chefe da Nação.

“A campanha contra o movimento dos trabalhadores, feita precisamente pelos que desejam o “impeachment” do Sr. Getúlio Vargas, visa a impedir a livre e espontânea articulação dos trabalhadores brasileiros, para a defesa de suas justas reivindicações.

“Iemem os reacionários deste país que os trabalhadores se organizem e influam, como de seu direito, no destino de nossa Pátria. A campanha contra o Sr. João Goulart e, através dele, contra o Sr. Getúlio Vargas, é um simples pretexto para o combate aos trabalhadores. Mas esse pretexto é bem usado para se suspeitar o Senhor Getúlio Vargas de aliança com o comunismo, por meio das organizações sindicais de que o Congresso de Previdência Social foi uma legítima expressão. Explora-se, desta maneira, o sentimento anticomunista do povo brasileiro, para reforçar o movimento para o “impeachment” ou a renúncia do Sr. Getúlio Vargas. Porque a sua substituição por um governo que resolva as greves com prisões e espancamentos, é o que interessa à reação”.

“Mas o que ainda mais grave me parece, e que essa mudança de governo interessa sobretudo aos que combatem a corrente nacionalista em todo o país, aos que querem entregar as riquezas minerais, principalmente o petróleo, aos estrangeiros, aos trustes e a seus testas de ferro.

O Sr. Bernardes Filho — Permite V. Ex.ª um aparte? Assentimento do orador — O nobre colega repete trechos do discurso pronunciado na época. Não agora.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Estou reproduzindo trechos do discurso que pronunciei em 21 de agosto de 1953.

O Sr. Bernardes Filho — Não é, portanto, discurso da hoje, depois de conhecida toda a pouca vergonha.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Chegarei aos fatos posteriores; e V. Ex.ª poderá então, debater comigo o assunto.

O Sr. Bernardes Filho — Apenas indaguel de V. Ex.ª se se tratava de discurso em face dos fatos atuais. V. Ex.ª me esclareceu, o que agradeço.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Ao iniciar meu discurso, disse que desejava repetir ao Senado os trechos de minha oração um ano antes da deposição do Sr. Getúlio Vargas a fim de a Nação ver que, minhas previsões foram exatas. (Continuando a leitura).

Quem está pagando, por exemplo, a publicidade contra o Sr. Euvaldo Lodi? E por que essa campanha escandalosa contra ele, depois de sua declaração favorável à lei que regula a prestação de contas do SESI? Não há quem o ignore. Desde que o Sr. Euvaldo Lodi, em Nova York, num jantar que lhe ofereceram os dirigentes da Standard Oil, se declarou, peremptoriamente, contra a entrega da exploração do petróleo aquele truste, começou contra ele a onda de escândalos. A Standard Oil prometeu gastar 5.000.000 de dólares e os está gastando em propaganda contra os nacionalistas, entre os quais o Sr. Lodi ocupa uma posição de destaque. É preciso destituí-lo da Presidência da Confederação Nacional da Indústria, desmoralizando-o.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Esses cinco milhões já devem estar acabando. É preciso arranjar outros cinco milhões.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Dizia eu, então: Mas por que não se atacam todos os industriais brasileiros que sempre concordaram que o SESI fizesse publicidade de seus

serviços? Por que não se aponta a execução pública o Conselho Nacional do Sesi que, há vários anos, por unanimidade, tem apoiado a orientação de seu Presidente? Se erro cometeu o Sr. Lodi, na aplicação da verba de publicidade, esse erro recaí sobre todos os sindicatos patronais e todas as Federações Industriais que sempre, e há muitos anos, o reconheceram à Presidência da Confederação. Por que insultar somente o Sr. Lodi e responsabilizá-lo, exclusivamente, por um erro que é de todos? Por que a imprensa, o rádio e a televisão não se lançam contra todos os industriais brasileiros?"

E' porque o Sr. Euvaldo Lodi cometeu um crime imperdoável. Foi, isto sim, o de ter a coragem e o patriotismo de defender, aqui e no exterior, a libertação econômica do Brasil. Há os que desejam que continuemos, pelo resto da vida, exportando matérias-primas e importando produtos industrializados, num regime semicolonial que só tem proporcionado o enriquecimento de alguns e uma vida sub-humana à maioria do povo brasileiro.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — vendendo nossos produtos agrícolas continuamente depreciados.

O SR. DOMINGOS VELASCO — (Lendo) — A campanha contra o Deputado Lodi obedece, antes do mais, à inspiração de interesses antinacionais, a que estão servindo inadvertidamente aqueles que o combatem, levados apenas pelos interesses da política mineira. E' preciso destruí-lo e tirá-lo da posição-chave que ocupa na indústria brasileira.

Quanto aos outros nacionalistas, a campanha inspirada pelos trustes, é de apontá-los como servidores conscientes ou inocentes dos comunistas, uma vez que falta aos entreguistas outros argumentos. Assim se pretende esmagar a consciência nacional do povo brasileiro. E qual a maneira mais fácil? E' substituir esse governo duvidoso, como o qualificou o "New York Times", autorizado porta-voz dos trustes, por outro governo duro contra os nacionalistas e complacentes com os testas-de-ferro, um governo que impeça a livre manifestação da vontade popular, por meio do voto, nas eleições de 1954 e 1955, um governo, enfim, no estilo do da Venezuela ou do da Colômbia.

Eis aí o que disse, há mais de ano. Hoje, pretendo completar a análise feita, pesquisando outros fatos.

Sr. Presidente, quero consignar de início a minha admiração pela capacidade dos técnicos que fizeram a preparação psicológica para a deposição do Sr. Getúlio Vargas. O golpe de 24 de agosto é uma obra-prima da técnica para a tomada do poder. Ele foi pacientemente executado. A sua perfeição é um indicio de que foi dirigido por experimentados especialistas estrangeiros.

O trabalho de demolição da autoridade do Presidente Vargas e de intrigá-lo com as Forças Armadas foi desenvolvido com argúcia, muito maior do que a utilizada para a deposição do Presidente Gallegos da Venezuela ou de Arbenz da Guatemala, sem falar nos processos inferiores para a implantação das ditaduras na Colômbia e no Peru ou para a derrubada de Mossadegh no Irã.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.ª há de convir que tinha de ser assim, porque o Brasil não é tão pequeno quanto esses países, dispõe de população muito maior, e, portanto, os processos teriam que ser diferentes. Daí, essa hábil preparação psicológica.

O Sr. Bernardes Filho — Pego licença para um aparte. (Assentimento do orador). — V. Ex.ª está apenas iniciando suas considerações, mas estabelecendo, como premissa única, um plano adrede preparado — com técnica admirável — diz V. Ex.ª com a

conhecimento que tem dessa técnica. Inclui, portanto, de saída, a responsabilidade do Sr. Getúlio Vargas no que ocorreu. Nenhum dos escândalos que vêm estarecendo a Nação tem, para o nobre colega, a mínima importância.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Não desejava, meu nobre colega, personalizar este meu primeiro discurso.

O Sr. Bernardes Filho — V. Ex.ª me desculpe, mas está fazendo, de início, afirmação muito grave e injuriosa, porque atribui a influências externas o que aconteceu no Brasil. De minha parte — V. Ex.ª o sabe — estive nisto até a máxima profundidade que me foi possível. Não aceitei a imputação de V. Ex.ª, se é a mim que ela se dirige ou a qualquer dos colegas que tiveram a mesma atitude quando aqui se tratou desses acontecimentos.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Sr. Presidente, há qualquer coisa no espírito do nobre Senador Bernardes Filho, que sempre me mereceu a maior consideração.

O Sr. Bernardes Filho — V. Ex.ª tem a minha.

O SR. DOMINGOS VELASCO — ... no sentido de personalizar estas minhas palavras.

O Sr. Bernardes Filho — V. Ex.ª não tem direito de generalizar.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Posso generalizar, porque estou analisando os fatos e acredito que uma grande parcela dos solidários com o golpe estavam, inocentemente, a serviço de interesses internacionais. E' a tese que defendo.

O Sr. Bernardes Filho — E' um direito de V. Ex.ª.

O SR. DOMINGOS VELASCO — V. Ex.ª não ignora que, se, amanhã, tivesse de dizer que o Senador Bernardes Filho estava a serviço de interesses internacionais, eu seria claro e não usaria de subterfúgios.

O Sr. Bernardes Filho — Nesse caso, V. Ex.ª teria a única resposta que poderia esperar dum homem de bem.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Perfeitamente.

O Sr. Bernardes Filho — Entre os homens de bem empenhados em que o Sr. Getúlio Vargas renunciasse, está o Sr. Arthur Bernardes, nacionalista mais velho do que V. Ex.ª e insuspeito aos olhos do Brasil; e V. Ex.ª não o chamará de inocente útil.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Não procure V. Ex.ª, requerer de mim elogios ao Sr. Arthur Bernardes, porque sabe perfeitamente que, desta e da tribuna da Câmara dos Deputados, em conferências e artigos tenho feito as melhores referências ao patriotismo de S. Ex.ª.

O Sr. Bernardes Filho — Por saber disso é que estranho que V. Ex.ª generalize.

O SR. DOMINGOS VELASCO — V. Ex.ª é que está generalizando. Se me permitir continuar a leitura, verá que mais adiante, analiso os fatos e declaro que muitas pessoas, desatentas à conspiração internacional dos trustes, foram levadas a este movimento por divergências pessoais e políticas com o Sr. Getúlio Vargas, e envenenadas por uma propaganda bem feita, tecnicamente preparada. Entre elas, poderia incluir não apenas o Sr. Arthur Bernardes, mas também o Senador Bernardes Filho e dezenas e centenas de outros homens ilustres.

O Sr. Bernardes Filho — Já agora, peço a V. Ex.ª que me desculpe, se realmente me antecipei.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — O nobre orador, aliás, explicou-se muito bem. Penso que o Senador Bernardes Filho deve estar satisfeito, por esta é a nossa maneira de encarar os fatos. Quando o Sr. Euvaldo Lodi declarou que os "trustes" dispunham de cinco milhões de dólares para preparar consciências brasileiras, nenhum de nós supôs que qualquer dos co-

legas que, nesta Casa, defendia tese contrária à nossa, azzinhavasse as mãos com dinheiro norte-americano. Não lhes fizemos essa injustiça. E' a mesma situação.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Sr. Presidente, prosseguirei na leitura do meu discurso. V. Ex.ª e o Senado sabem perfeitamente não ser dos meus hábitos trazer discursos escritos e, entretanto, abri exceção para este, por se tratar de uma análise, à qual quis dar o tom de inteira serenidade e frieza de raciocínio.

Para a justa compreensão dos fatos, retornemos a 1950. A eleição do general Ibanez no Chile mostrou as forças internacionais o perigo do crescimento do nacionalismo, nessa parte do Continente. A Bolívia se encaminhava com a perspectiva da vitória de Paz Estenssoro pelo mesmo caminho. A eleição inesperada do Senador Getúlio Vargas tornou trágica a situação para eles. Admitiam os trustes que, a 3 de outubro de 1950, o povo brasileiro elegeu o Sr. Cristiano Machado ou o Brigadeiro Eduardo Gomes. Qualquer deles, homem de centro, não traria modificações sensíveis em seus negócios no Brasil. Mas o Sr. Getúlio Vargas, não. Ele havia feito uma propaganda eleitoral abertamente nacionalista e tinha dado à sua candidatura um sentido popular impressionante. Além do mais, o Sr. Getúlio Vargas, havendo atribuído à intervenção do embaixador Berle a sua deposição a 29 de outubro de 1945, considerava-se a sua volta ao poder, pela vontade do povo, como um movimento de reação anti-americana. E, assim, foi interpretado pela imprensa dos Estados Unidos.

Aí, começou o processo de demolição do Sr. Getúlio Vargas.

Para os brasileiros pouco atentos aos problemas internacionais convém aqui um esclarecimento.

Os nacionalistas brasileiros têm constantemente reafirmado sua posição em face dos Estados Unidos. Desta tribuna, já manifestei por várias vezes o meu pensamento a respeito. Não confundimos o povo americano, o seu governo e as suas instituições com os trustes internacionais. Não somos contrários à vinda do capital americano para o Brasil, desde que não lhe sejam concedidos privilégios e vantagens de que não goze o capital nacional. Somos favoráveis a qualquer capital que para aqui se destine, com o objetivo de ajudar o nosso progresso econômico e melhorar as condições de vida do povo brasileiro, mediante justa compensação. Somos partidários de franca e objetiva cooperação econômica e militar com os Estados Unidos, mas julgamos que essa cooperação somente será benéfica para ambos os países, se dela resultar o progresso industrial do Brasil, o fortalecimento de sua economia e o combate a todas as formas de espoliação do trabalho brasileiro empregadas pelo capitalismo internacional.

O Sr. Bernardes Filho — V. Ex.ª permite um aparte?

O SR. DOMINGOS VELASCO — Pois não.

O Sr. Bernardes Filho — Essa é realmente a tese de todos os nacionalistas e também deve ser a de todos os brasileiros que se prezem de o ser.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Obrigado a V. Ex.ª.

(Lendo):

Acreditamos que o comunismo tem o seu caldo de cultura na miséria em que vive o povo. Combater a miséria é combater o comunismo. Aumentar a miséria é ajudar o comunismo. Por isso, somos contra os trustes internacionais porque são fatores de miséria e, consequentemente, aliados do comunismo. O Brasil, os trustes internacionais não têm feito outra coisa senão aprofundar as fileiras comunistas e fomentar o sentimento antiamericano.

Não confundimos os Estados Unidos, o seu povo e o seu governo com os trustes americanos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Muito bem.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Mas sabemos que, muitas vezes, a pressão exercida pelos trustes sobre o State Department leva este a assumir posições prejudiciais às boas relações entre o Brasil e aquele país. Quando assumiu a Subsecretaria do Departamento do Estado, o embaixador Spruille Braden baixou duas ordens: uma, proibindo que funcionários das embaixadas americanas tomassem a defesa de interesses particulares; outra afastando os funcionários que, comprovadamente, estavam a serviço daqueles interesses. Por isso, caiu ile no desagrado dos trustes e foi para o ostracismo.

Entretanto, analisemos a situação atual.

Os Estados Unidos estão travando uma luta de gigantes com a União Soviética. A política interna e a externa de ambos os países estão condicionadas a essa luta de vida e morte. No âmbito interno, o esforço americano se dirige no sentido de fechar qualquer brecha à infiltração comunista. No setor operário, não somente pela força do sindicalismo mas também pela necessidade de apresentar o povo num só bloco, em face do mundo, adotou-se a política de atender, pacificamente, às reivindicações dos trabalhadores, dando-lhes um nível de vida realmente superior aos de outros países. Sob o governo do Partido Republicano, em que os trustes exercem influência maior, essa política de apaziguamento interno tomou características novas. Para atenderem às reivindicações das grandes Federações de Trabalhadores, os trustes exigiram compensações. Queriam e obtiveram o apoio do governo republicano para as suas pretensões no exterior. Os trustes querem ressarcir, fora dos Estados Unidos, aquilo que têm de despendido em favor da classe operária americana. Em linguagem clara, os trustes exigiram que o governo Eisenhower os ajudasse a manter a sua espoliação sobre a economia dos povos subdesenvolvidos, de onde lhes viriam recursos para sustentar a paz social interna.

Isto que transmiro ao Senado e à Nação não constitui nenhuma novidade. A formação da Conferência Socialista da Ásia, em que se aglutinam todos os partidos socialistas asiáticos, não teve outra razão, conforme se conclui dos debates da Conferência de Rangoon, na Birmanian. Outros observadores têm focalizado o mesmo assunto, em várias oportunidades. O Manifesto de Bevan (1951) se refere a isso. E até Pio XII, em sua Carta a Charles Flory presidente das Semanas Sociais da França, em 1952, pede-lhe a atenção para a luta entre os povos extra-ricos e os extra-pobres.

E' por isso que o Departamento de Estado, sob o governo atual, ora disfarçada ora ostensivamente, toma posições ao lado dos interesses dos trustes americanos. Vimos o que aconteceu na Guatemala, quando a opinião mundial se opôs a que as forças navais dos Estados Unidos revisitassem navios de outras bandeiras que rumassem para aquele país. A Inglaterra, a Holanda e a França se opuseram a esse atentado ao direito de livre navegação dos mares. O pretexto foi o combate ao comunismo. O pretexto era falso até certo ponto. Os 3 milhões de guatemaltecos, pobres e desarmados, não constituiriam ameaça aos Estados Unidos, como bem observou a imprensa europeia, notadamente The Observer de Londres e Le Monde de Paris. Mas a verdade é que, para a manutenção do equilíbrio interno e para uma advertência aos patriotas de todo o continente americano, o apoio ostensivo à United Fruit Co. Sem a espoliação daquele país, o truste não poderia

ajudar o governo a fechar a brecha do descontentamento no interior dos Estados Unidos.

Ora, a eleição inesperada e sobretudo indesejada do Sr. Getúlio Vargas criou um problema sério para os trustes. Não era possível resolver a questão com os métodos drásticos e imediatos empregados na deposição de Romulo Gallegos da Presidência da Venezuela. Aqui teria de ser feita uma preparação cuidadosa da opinião do país, dada a importância política do Brasil e a sua histórica ligação com os Estados Unidos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Nós não éramos a Guatemala.

O SR. DOMINGOS VELASCO — E começou a execução do plano. A técnica seguida não é também novidade para os estudiosos desses assuntos. Era a de aproveitar-se qualquer fato e explorá-lo adequadamente. Os agentes dos trustes ficaram na toalha, esperando os erros inevitáveis em qualquer governo e outros acontecimentos passíveis de deturpação. Exagerava-se a sua gravidade através da propaganda dirigida e se acaulava a oposição contra a autoridade do Presidente Vargas. Ao mesmo tempo, era feita uma catequese sistemática das Forças Armadas contra o governo constituído.

Desde logo, tentou-se impedir a posse do Presidente. Um deputado, no seu ardor oposicionista, lançou a tese da maioria absoluta. Creio que o Sr. Aliomar Baleeiro, a quem reconheço honestidade de propósitos, foi o primeiro a surpreender-se com a extraordinária ressonância de sua tese e que, atrás dela, atuava a força dos interesses internacionais, que lhe deram toda a repercussão, ampliando-a com a sua propaganda dirigida.

Depois, surgiu o caso da "Revista do Clube Militar". Caso sem importância que foi transformado em questão nacional.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Era tão sem importância que ninguém se preocupou mais com isso.

O SR. DOMINGOS VELASCO — O objetivo era aliar a autoridade do Presidente, obrigando a demitir o seu ministro da Guerra, General Estillac Leal, cujas idéias nacionalistas foram sempre proclamadas com raro patriotismo. Demitir Estillac Leal era o primeiro passo. "A segunda etapa, escreviamos "O Popular", de 31 de julho de 1951, será a deposição do Presidente Vargas". Obrigamos o Presidente a demitir o Ministro da Guerra era, na realidade, por em xeque a autoridade constitucional do Sr. Getúlio Vargas.

Tempos, depois, o mesmo aconteceria ao ministro João Goulart. Inventou-se a "república sindicalista" e a propaganda dirigida conquistou parte dos militares, pouco adestrados na tática dos trustes. E o Sr. Getúlio Vargas, por pressão militar, se viu na contingência de demitir um ministro da sua mais absoluta confiança, tornando letra morta o dispositivo constitucional que diz ser de livre escolha do Presidente o nome de seus ministros.

A propaganda dos trustes aproveitava, então, o pretexto de que se pretendia, em 1954, eleger um Congresso Nacional de pelegos que reformasse a Constituição, prolongando o mandato do Sr. Getúlio Vargas. Isso foi escrito na imprensa dos trustes e repetido até por pessoas de boa-fé. Entretanto o simples raciocínio mostrava a impossibilidade de semelhante reforma.

Para que fosse feita, numa única sessão legislativa, seria preciso que a emenda fosse aprovada por dois terços da Câmara e dois terços do Senado. Ainda que fosse eleito o número suficiente de deputados, não se atingiria o quorum no Senado, pois aqui permaneceria um terço sabidamente contrário àquela prorrogação de man-

dato, ao qual se somariam os novos senadores eleitos pela oposição.

Entretanto se tomou o pretexto e se o explorou até as últimas consequências, sempre com o propósito de desmoralizar o Sr. Getúlio Vargas e indispor-lo com as forças armadas.

Em todos esses acontecimentos, convém ressaltar, atuavam as mesmas forças, a mesma imprensa, os mesmos rádios, os mesmos indivíduos — numa propaganda persistente, contínua, diária de preparação psicológica do golpe contra a Constituição.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — E bem sincronizada.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Exatamente, quando o Brasil assumia uma posição justa na Conferência de Caracas, é lançado aqui com espantoso o discurso atribuído ao Presidente Peron. Como numa grande orquestra bem dirigida, desencadeou-se outra campanha que visava à demolição do Presidente Vargas e a sua incompatibilização com as Forças Armadas.

Como estamos vendo, mudam os fatos e os personagens, mas persistem sempre o sentido, o rumo, os desígnios da máquina de propaganda: obrigar o Presidente à renúncia.

Agora, surge o Manifesto dos Coronéis. Deturpou-se a intenção de seus signatários. Levou-se ao cúmulo a exploração. A propaganda dos trustes internacionais tomou o documento e fez dele a bandeira contra a autoridade constitucional do Sr. Getúlio Vargas. Já o Manifesto constituía uma prova de que a campanha paciente continua, persistente de demolição do Sr. Getúlio Vargas estava produzindo os efeitos esperados, conquistando parte da oficialidade. A preparação psicológica da propaganda dirigida que os comunistas sempre usaram e que Hitler elevou à categoria de uma verdadeira ciência, já começara a contaminar as Forças Armadas, iludindo-as com as falsidades insistentemente repetidas e reiteradas.

Já antes, o Congresso de Previdência Social fora um prato excelente. Organizado e convocado por líderes sindicais democratas e até infensos aos comunistas, o Congresso foi tachado de comunista e de pelegos. E em torno disso, a propaganda dirigida agitou o país e os meios militares. Surge o caso do "Impeachment" e foi o que se viu. Mais uma investida na onda sucessiva de demolição da autoridade constitucional do Presidente.

Outros fatos ocorreram, antes do golpe final provocado pelo crime da rua Tonelero. Todos foram bem explorados pela imprensa a serviço do capitalismo internacional e do reacionarismo interno.

Entretanto, avizinha-se o pleito de 3 de outubro. Era preciso apressar a deposição de Vargas e impor uma ditadura entreguista do tipo da Venezuela. A bem da verdade, quero frisar que nem todos os oposicionistas de Vargas pretendiam um regime ditatorial. Mas os donos da campanha, os seus dirigentes ocultos, os trustes e reação queriam, como ainda querem, a ditadura que lhes entregasse o petróleo e contivesse o surto nacionalista que é enraizado no meio dos trabalhadores.

Os chefes da conspiração não queriam eleições. E não as queriam porque estavam como estão, convencidos de que o povo brasileiro já atingiu um grau de consciência política que não mais admite o colonialismo no país. A eleição de Janio Quadros para a Prefeitura de São Paulo e a vitória da candidatura de Osório Borda em Recife e Olinda, nas eleições para Governador de Pernambuco, não tornaram a reação e os trustes. Amos, sem dinheiro, sem imprensa, apoiados pelo Partido Socialista Brasileiro contra todas as outras organizações par-

tidárias muito poderosas, haviam conseguido galvanizar a opinião popular e dirigi-la para as urnas.

Era preciso, pois, evitar eleições livres.

Aí, surge o crime da rua Tonelero. E foi o que se viu. A propaganda atingiu ao histerismo para culpar o Presidente Vargas. A morte do major Vaz serviu de estopim para levar o fôgar à Aeronáutica e dali para a Marinha e o Exército. Realizou-se o plano maduramente idealizado, calmamente executado, friamente concluído. Foi deposto o Presidente da República. Agora, bastaria que o Sr. Café Filho assumisse a Presidência, usurpando-a pela força, o que o tornaria uma autoridade fácil de ser substituída por uma ditadura à moda venezuelana.

O Sr. Bernardes Filho — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Há um ligeiro reparo a fazer no histórico de V. Exa.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Como V. Exa. pode observar, minha análise não tem qualquer personalismo, traduz apenas meu ponto de vista, como observador.

O Sr. Bernardes Filho — Faz V. Exa. referência ao crime da Rua Toneleros, mas passa por cima da onda de vergonha e de corrupção que, a rigor, foi a causa de todo o movimento. Admitamos porém, apenas para argumentar, que a tese de V. Exa. pudesse estar certa, nas suas premissas, quanto à trama a que alude. É lamentável, contudo, que nesse relato — pelo que observo apenas histórico — passe diretamente do crime da rua Tonelero à morte do Presidente Getúlio Vargas, sem uma palavra sequer quanto aos escândalos e ao rio de lama que corria sob seus pés, no Palácio do Catete.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Não que eu não me quisesse referir ao crime da rua Tonelero. Este vai ser objeto do discurso meu especialização. Entretanto pergunto. Onde está a verdade, Sr. Presidente, se o Inquérito nem sequer foi concluído? Onde está a verdade, para se afirmar que o Sr. Getúlio Vargas, ou alguém de sua família, fosse o mandante do atentado? Onde está a verdade para se depor o Presidente da República?

O Sr. Bernardes Filho — V. Exa. está na parte relativa ao crime, eu estou na relativa aos escândalos.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Não fui ao caso da rua Tonelero porque quero ver o relatório da Comissão nomeada especificamente pelo Sr. Getúlio Vargas, contrariamente ao que digamos as normas jurídicas. Como afirmam o Sr. Osvaldo Aranha, em declarações feitas ontem e o General Caiado de Castro, homens que merecem fé e esse país, o Sr. Getúlio Vargas, embora tivesse dúvidas a respeito da legalidade da Comissão de Inquérito Militar, concordou em nomeá-la e indicou precisamente o Coronel Adil de Oliveira, representante da Aeronáutica junto à Polícia Civil, para presidir-lhe. Abriu-lhe, em todo o território nacional, os escaninhos do Governo Federal, inclusive a sua própria residência — o Palácio do Catete, o Palácio Presidencial, que em parte do mundo, sobretudo nos Estados Unidos — como V. Exa. sabe muito bem, — é o mais inviolável do Presidente da República.

Pois bem, esse Inquérito não se concluiu. O que se vê são publicações de documentos de um chamado "Arquivo de Gregório", pessoa que nunca vi e que não conheço nem de vista — e de onde se tiram com a pinça da maldade alguns documentos que possam ferir aqueles que foram amigos do Sr. Getúlio Vargas. Eu não fui Getúlio; V. Exa. sabe muito mais do que eu que não fui

amigo pessoal do Sr. Getúlio Vargas. Entretanto, eu nunca me poderia transformar num antiegetista odiado, que não vê os atos bons praticados por S. Exa. para ver atos maus que S. Exa. tenha praticado.

Quanto à chamada "Guarda Pessoal" creio V. Exa. Sr. Senador Bernardes Filho, que eu acho uma coisa infame.

O Sr. Bernardes Filho — Essa a declaração que eu queria ouvir de V. Exa. Mas o fato é que V. Exa. passou por sobre esse ponto.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Não se trata de passar por cima. V. Exa. já sentenciaram antes da Comissão de Inquérito, antes de o Coronel Adil saber o que aconteceu, que o Presidente da República era responsável e, por isso, as Forças Armadas tinham de depô-lo.

O Sr. Bernardes Filho — V. Exa. vai fazer o obséquio de me ouvir, para não prosseguir nessa injustiça. O Senado é testemunha de que falei em seguida aquela exposição do Senhor Café Filho, então na Presidência desta Casa, e fiz questão de declarar que não acreditava tivesse o Presidente da República responsabilidade nos escândalos e no caso da rua Tonelero. Fui além: declarei ao Senado que meu discurso era baseado apenas nos elementos que tinha em mãos. E esses elementos eram as peças do Inquérito, em que não se havia ainda chegado a qualquer conclusão. Dessa forma, eu não poderia expor nenhum ponto de vista que atribuisse a responsabilidade dos acontecimentos ao Senhor Getúlio Vargas ou a pessoa de sua família. A mim V. Exa. não está dizendo novidade ao sustentar sua tese.

O Sr. Gomes de Oliveira — Neste caso, V. Exa. não tem razão de estar se referindo a escândalos.

O Sr. Bernardes Filho — Como não? O Senador Domingos Velasco, no relato dos fatos, passou do crime da rua Tonelero diretamente ao episódio da morte do Presidente, como se entre o crime e o desaparecimento do Presidente da República não houvesse uma onda de lama.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Já que se fala em lama, há a de superfície, mas existe também uma certa lama muito recente que não sei por que está muito escondida. Há, por exemplo, a do inquérito do Banco do Brasil para ser devidamente apurada...

O Sr. Bernardes Filho — E será.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Desseja que fosse. Asseguro, porém, que meu nome não consta dos arquivos de Gregório, que nem sei quem é.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Não estava no exercício do meu mandato quando esses fatos ocorreram e por motivos de ordem partidária não pude reassumir a cadeira. Aqui, porém, foi pronunciado um grande discurso, o do Senador Kerginaldo Cavalcanti, colocando a questão nos exatos termos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Muito obrigado.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Se do Inquérito se concluisse a responsabilidade do Presidente da República, então teria de ser remetido, pelas autoridades judiciais, a Câmara dos Deputados que, no exercício da sua função constitucional, aceitaria ou não a denúncia. Aceita que fosse, teria o Presidente da República de passar o poder ao seu substituto legal, o Ilustre e atual Presidente da República, Sr. Café Filho. Seria, então, o Sr. Getúlio Vargas, julgado pelo Supremo Tribunal Federal. Se este Tribunal o condenasse, então seria o mandato e se o absolvesse, voltaria à Presidência da República. Este o mandamento constitucional.

porque está escrito na Constituição para ser cumprido. Os povos que não cumprem a Carta Magna, esses sim e que estão em atraso político. Os líderes responsáveis pela vida pública de um país, deviam bater-se pela constitucionalidade do processo do Sr. Getúlio Vargas, caso se confirmasse sua participação no atentado da rua Tonelero.

O Sr. Gomes de Oliveira — Tudo isso porque o espírito democrático das oposições se impacienta demais; não sabe nem pode esperar.

O Sr. Bernardes Filho — Permite V. Exa. ainda um aparte para uma retificação? (Assentimento do orador) — A verdade é que o Brasil viveu com um governo ou como V. Exa. pretende, com um Presidente da República que dia a dia despojava-se, ele próprio, das prerrogativas. Chegou ao fim não sendo mais presidente.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Veja V. Exa. como o nobre Senador Bernardes Filho conclui confirmando a minha tese. A obra de demolição do governo Getúlio Vargas começou desde sua eleição.

O Sr. Bernardes Filho — Isso porque o Sr. Getúlio Vargas não estava à altura do cargo.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Sabem todos que o Presidente da República não faz o que quer, mas o que pode. O Sr. Café Filho não está fazendo o que quer, porém o que pode dentro do conjunto de circunstâncias que influem sobre a Presidência da República. Quantas vezes divergi do Sr. Getúlio Vargas? Divergi no caso do pacto militar Brasil-Estados Unidos; fui contrário à escolha do Ministro Vicente Rao; discordei seriamente do Sr. Getúlio Vargas, mas reconheci, em compensação, que S. Exa. em muitos momentos atuou com felicidade, com patriotismo e jamais tive temor de vir dar aqui...

O Sr. Gomes de Oliveira — Nem se podia duvidar da envergadura política e do patriotismo do Sr. Getúlio Vargas.

O SR. DOMINGOS VELASCO — ... o meu apoio a medidas tomadas por S. Exa. ou divergir do que julgasse inconveniente ao país.

O Sr. Gomes de Oliveira — Nem se poderia duvidar das intenções patrióticas do Presidente da República.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Já critiquei o Sr. Café Filho ao nomear o Sr. Ministro da Fazenda. Houve quem dissesse estar eu fazendo oposição a S. Exa. Pois bem, já me estou preparando para em breves dias, defender o Presidente da República, porque ele vai desagradar a muita gente. Estou vendo as cousas mal paradas.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Não tenha dúvida, V. Exa.; e eu conhecemos muito bem o Sr. Presidente. Café Filho há muitos anos. Se S. Exa. se deixar governar apenas pelos seus sentimentos democráticos, pela sua bravura pessoal, pela sua honestidade, em breve, ter-nos-á aqui como seus defensores e outros a atacá-lo.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — E não vai demorar muito.

Prestem os meus nobres colegas atenção ao que estou dizendo.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Mas acontece o inesperado. O Presidente Vargas se mata e lança à Nação a sua Carta-Testamento. Então surge a tremenda reação popular. Os trustes e os reacionários haviam conquistado a opinião de parte das Forças Armadas e das classes ricas, mas não tinham nenhuma base popular. O levante da opinião sensata do país deu a medida do grau de sua condenação ao golpe de 24 de agosto. Isto é mais o fato de haver a morte do Presidente dando legalidade cons-

titucional à investidura do Sr. Café Filho na Presidência da República. — desmantelaram os planos das forças internacionais aliadas aos seus cúmplices internos. A tentativa de procrastinar as eleições não teve êxito. Os golpistas não puderam atingir a ditadura.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Até a morte do Presidente Vargas serviu para que o Sr. Café Filho, constitucionalmente, pudesse defender as prerrogativas da autoridade. Quando o Sr. Getúlio Vargas suicidou-se com isso permitiu que a legalidade se estabelecesse no Brasil. Não sei o que teria acontecido 48 horas depois, se não houvesse morrido o Sr. Getúlio Vargas.

O SR. DOMINGOS VELASCO — V. Exa. tem razão. Sr. Presidente, nunca fui pessimista, nem otimista. Sou um político realista que não toma os seus desejos pela realidade. Os antigetulistas que combatiam o Senhor Getúlio Vargas por causa de seus erros de governo, desapareceram este, pensam que o Brasil entrava numa fase de moralidade e de progresso pacífico. É a mesma ilusão que tinham os adversários de Finheiro Machado que julgavam o seu desaparecimento como início de uma nova era. Vimos que não foi.

O progresso político-social de um povo é um processo em que a influência do indivíduo é relativamente pequena. Os erros e os acertos do Senhor Getúlio Vargas são também nossos. A sua morte deu apenas uma meia-parada na ação das forças internacionais que atuaram contra ele e o seu governo. Elas vão porém, continuar na sua obra de manter o Brasil como país explorado economicamente.

Iremos às eleições. Mas o povo, como estou certo, condenará o golpe de 24 de agosto. No dia 3 de outubro, haverá mais do que uma eleição. Será um dia de julgamento. A Nação dará o seu veredictum.

Mas a ação dos trustes internacionais continuará. Os trustes não dormem. Entre 3 de outubro e a posse dos novos governadores e do Congresso Nacional eleito — haverá um período crítico para as instituições constitucionais. Os golpistas tudo farão para que se implante a ditadura que impeça o povo de escolher em 1955 o Presidente da República. É possível que se criem outros pretextos para envenenar o pensamento das Forças Armadas, para desacreditar a corrente nacionalista, para reduzi-la ao silêncio. Tudo será possível.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Eles estão muito enganados, porque o Sr. Café Filho não corre de quem lhe bate o pé. Ele tem coragem. Conheço-o há mais de 30 anos. S. Exa. tem muitos defeitos, mas não o da covardia.

O SR. DOMINGOS VELASCO — E é, por isso, que renovo neste momento o apelo constante de meu discurso de 21 de agosto de 1953:

"E conclamamos os democratas de todos os partidos, os nacionalistas de todas as classes sociais, os homens do povo e, sobretudo, os trabalhadores, a fim de que nos organizemos numa Frente de Ação Democrática, para defesa da legalidade democrática, para que lutemos pelo programa de industrialização e reforma agrária, que melhore as condições de vida de nossa população, para que tornemos fortes e respeitados os poderes constitucionais."

Um ano depois, esse apelo do meu Partido ainda é mais válido. E somente essa união poderá transformar-se na força que repila definitivamente a intervenção dos interesses internacionais na vida política de nossa pátria, como desejamos todos os nacionalistas e patriotas. (Muito bem. Muito bem. Palmas.)